

POLÍTICA ECONÔMICA

Economia - Brasil

Governo e empresários^{* 3 OUT 1989} buscam referencial para os reajustes

por Cláudia Safatle
de Brasília

Montar uma nova política de controle de preços que freie a escalada inflacionária, de consenso entre governo e empresários e que sobreviva até a posse do novo presidente da República. Essa é a estratégia básica que o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, e o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, procuraram desenvolver com mais de trinta empresários dos setores da indústria de alimentos, higiene e limpeza, eletroeletrônicos e dirigentes do segmento varejista, como Mappin, Lojas Americanas, Mesbla e atacadistas.

Foram três reuniões separadas, onde os ministros colocaram algumas sugestões para orientar as conversas, como a criação de um referencial de preços — seja o IPC do mês anterior, uma média do IPC dos últimos três meses ou a utilização de custos setoriais —, para servir de teto às marcações de preços daqui até o dia 15 de março de 90, quando assume a nova gestão governamental.

Evitou-se falar em prefixação de um índice ou aplicação de um redutor, mas segundo Edgar de Abreu, chefe da Secretaria de Abastecimento e Preços (Seap), seria uma política de controle exercida pelas

câmaras setoriais, através da qual se permitiria que o reajuste até o referencial fixado fosse feito automaticamente; e os setores que pleiteassem aumentos acima desse percentual teriam que passar pelo crivo da câmara setorial — onde estariam representados todos os integrantes da cadeia de produção de um determinado produto —, além de representantes do CIP/SEAP e das empresas estatistas, cujas tarifas também seriam definidas nesse fórum, considerando a necessidade de controle da inflação e a viabilização de investimentos das empresas estatais no ano que vem.

“Vamos ver se é possível montar as câmaras setoriais e aplicar essa política de preços numa emergência e achamos que o governo tem que participar em duas frentes — tanto na área de recuperação das tarifas públicas quanto na política de juros. O governo vai ter que sentar nessa mesa de negociação das câmaras setoriais para definir esses dois pontos. Achamos que os juros podem ser reduzidos, já exerceram o papel que tinham e hoje são indicadores de preços”, observou o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos, Edmundo Klotz. Ele defendeu como referencial de preços a utilização do IPC do mês anterior. Assim, a inflação

do mês passado serviria como teto para reajustes de preços deste mês.

Segundo Klotz, os empresários retornam na próxima quinta-feira para uma nova conversa com Nóbrega e Abreu (participou da reunião de ontem também a ministra do Trabalho, Dorothea Werneck), já com estudos mais precisos e discussões junto às suas bases. “Nos vamos elencar alguns produtos mais importantes na formação de preços e verificar o que está acontecendo desde a área de matérias-primas até o bem acabado, por que alguns preços estão se desgarrando”, explicou. Se houver necessidade de importação, como parece ocorrer no segmento das embalagens, o governo autorizará a compra do produto no mercado internacional. Se a constatação é de que pode-se resolver o problema de pressão de preços contingenciados às exportações, também se tomaria tal decisão.

Arthur Sendas, presidente da Associação Brasileira dos Supermercados, acha que se essa tentativa de entendimento der certo, será possível manter a taxa de inflação nos próximos meses no patamar registrado em agosto/setembro, até que o próximo governo tenha condições de adotar as medidas mais definitivas de combate à inflação.

“Não há perigo de um no-

vo choque. Mas há perigo de uma hiperinflação e isso nos queremos evitar”, disse Klotz, que, confirmando Sendas, relatou que o ministro da Fazenda garantiu que não cometerá o “crime” de aplicar um novo congelamento de preços e salários. A situação é difícil. “A preocupação é de todos, e no estágio em que chegou esse governo, ele não resolve mais nada sozinho”, observou o presidente da Abia.

Na quinta-feira, portanto, os empresários retornam à Brasília com uma pauta mínima de negociação, que passa pela escolha de um indicador para reajustar os preços máximos, com prazo mínimo de 30 dias entre um aumento e outro e, segundo Edgar Cardoso, todas as regras que eventualmente surgirem desse entendimento serão fruto de um consenso. “O governo não imporá nada.” E quem obedecer a esse referencial de reajuste de preços estará livre da burocracia do CIP (Conselho Interministerial de Preços), que apenas homologará tudo que for decidido nas câmaras setoriais.

Já os empresários Paulo Vellinho, da Admiral Springer, e Carlos Antonio Rocca, do Mappin, não gostaram da ideia de um referencial de preços. “O mercado é mais poderoso que qualquer referência de preços”, disseram.